



FACULDADE CALAFIORI

**LETÍCIA MARTINS VENTURINI
LUCIENE CEZARINO DOS SANTOS**

**OS OLHARES DOS EDUCADORES FÍSICOS
PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA**

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2014**

**LETÍCIA MARTINS VENTURINI
LUCIENE CEZARINO DOS SANTOS**

**OS OLHARES DOS EDUCADORES FÍSICOS
PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori,
como parte dos requisitos para a obtenção do título
de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Mestrando Gustavo Henrique
Gonçalves.

Linha de pesquisa: Educação Física e Inclusão
Social.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2014**

OS OLHARES DOS EDUCADORES FÍSICOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador: Mestrando Gustavo Henrique Gonçalves.

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2014**

Aos nossos pais, pelo amor, pela disciplina, pelo respeito, pela educação, pelo carinho, pela paciência, pela tolerância e atenção que muito nos incentivaram nesta etapa de vida e com certeza nos apoiará nas futuras a serem realizadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, que na sua bondade, entendeu os nossos anseios e a necessária coragem para alcançar a nossa meta;

Ao apoio e dedicação do nosso orientador, Professor Mestrando Gustavo Henrique Gonçalves, que muito apoiou e auxiliou através de seu conhecimento e suas informações;

Aos nossos familiares pela compreensão ao longo de todo o caminho percorrido;

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a nossa formação profissional e a realização desta monografia.

“O preconceito não é inato, nele está presente a interferência dos processos de socialização, que obrigam a se modificar para se adaptar. Mais do que as diferenças individuais, o que leva o indivíduo a desenvolver preconceitos, ou não, é a possibilidade de ter experiências e refletir sobre si mesmo, e sobre os outros nas relações sociais, facilitadas ou dificultadas pelas diversas instâncias sociais, presentes no processo de socialização”.

(CROCHÍK, 2006, p. 73)

RESUMO

SANTOS, L. C.; VENTURINI, L. M. Os olhares dos educadores físicos para a Educação Física Inclusiva. 2014. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade Calafiori, São Sebastião do Paraíso/MG.

Atualmente, existe um consenso a nível mundial de que todas as crianças devem ter direito à educação, indiferente de qualquer dificuldade e/ou limitação, sendo direito à educação. Assim, nos últimos anos, tem tido uma preocupação sobre o princípio da educação inclusiva, como a importância de promover o desenvolvimento dos sistemas educativos, de maneira a poderem incluir todas as crianças, independentemente das diferenças, deficiências ou dificuldades individuais (BRASIL, 2008). Para Duarte, Mollar e Alves (2013), na perspectiva da concepção da inclusão, o acesso à escola e a permanência nela dos educandos com necessidades educativas especiais dependem da formação dos educadores para a autonomia no trabalho pedagógico desenvolvido, por isso a importância de pesquisar sobre este assunto, para refletir como um dos aspectos para alcançar a qualidade no processo de ensino-aprendizagem no caminho da educação para todos. O principal objetivo desta pesquisa é analisar e refletir quais relações e condições os educadores físicos da cidade de São Sebastião do Paraíso/MG enfrentam no cotidiano escolar do ensino regular. A pesquisa foi realizada de maneira qualitativa e quantitativa, por meio de revisão bibliográfica, no qual foram utilizadas fontes secundárias, a partir de livros, artigos, dissertações, teses, entre outras e foram pesquisados no período de março a setembro 2014. No trabalho em questão, foi utilizada uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórica baseou em diversos autores, investigadores na área da inclusão. O instrumento de coleta dos dados foi um questionário do tipo estruturado e o instrumento de análise dos dados foi o inferencial-interpretativo. Quanto à abordagem quantitativa, obtiveram dados estatísticos e de parâmetros para o trabalho para o trabalho com a Educação Física Inclusiva utilizada no momento da tabulação dos dados. Este estudo traz o seguinte problema de pesquisa: De que modo professores de Educação Física escolar, do município de São Sebastião do Paraíso, concebem a educação inclusiva? Ao passo que, as discussões e os resultados dos artigos revelaram que é possível a aplicabilidade da Educação Física Inclusiva, mas que dependendo da situação é preciso uma melhor capacitação do educador físico, melhora da infra-estrutura da escola e mediação de um educador auxiliar. A propósito, nota-se como é fundamental as políticas públicas de formação dos educadores, tanto inicial quanto continuada, para que eles possam compreender o trabalho a ser realizado com estes educandos com necessidades educativas especiais; por isso a necessidade de modificar a prática pedagógica cotidiana, transformando conforme as individualidades dos educandos, pois eles não são homogêneos. No entanto, o trabalho observou os olhares dos educadores físicos no contexto atual, educacional e escolar diante da Educação Física Inclusiva e analisou uma interessante realização de novas pesquisas, com o intuito de valorizar a Educação Física Inclusiva, principalmente por parte dos educadores físicos.

Palavras-chave: Formação do educador, Inclusão, Educação Inclusiva, Educação Física Inclusiva e Educação Física.

ABSTRACT

SANTOS, L. C .; VENTURINI, L. M. The looks of physical educators for Inclusive Education Physics. 2014. 39 f. Work Completion of course (Bachelor in Physical Education) - Faculty Calafiori, So Sebastian do Paraíso / MG.

Currently, there is a global consensus that all children should have the right to education, regardless of any difficulties and / or limitation, and right to education. Thus, in recent years, has had a concern about the principle of inclusive education, the importance of promoting the development of education systems, so that they can include all children, regardless of differences, disabilities or individual difficulties (BRAZIL, 2008) . For Duarte, Mollar and Alves (2013), in view of the inclusion design, access to school and staying in it of learners with special educational needs depend on the training of teachers for autonomy in the pedagogical work, so the importance of research on this subject, to reflect one of the aspects to achieve quality in the teaching-learning process in the way of education for all. The main objective of this research is to analyze and reflect what relations and conditions physical educators in São Sebastião do Paraíso / MG face in daily school of mainstream education. The survey was conducted in a qualitative and quantitative way, through literature review, in which secondary sources were used, from books, articles, dissertations, theses, among others and were surveyed in the period from March to September 2014. In the work question, a qualitative approach, whose theoretical foundation based on several authors, researchers at the inclusion area was used. The data collection instrument was a questionnaire structured type and the data analysis instrument was the inferential and interpretative. As for the quantitative approach, obtained statistical data and parameters for the job to work with Physical Education Inclusive used when tabulating the data. This study provides the following research problem: What teachers how to School Physical Education in the municipality of São Sebastião do Paraíso, conceive inclusive education While the discussions and results of the articles revealed that the applicability of Education is possible? Inclusive physical, but depending on the situation it is necessary to better training of physical education, school infrastructure improvement and mediation of an auxiliary educator. By the way, there is as fundamental public policy of training of teachers, both initial and continued, so they can understand the work to be done with these learners with special educational needs; so the need to change the daily teaching practice, turning as the individuality of the students, they are not homogeneous. However, the study observed the looks of physical educators in the current, educational and school context before the Inclusive Fitness and analyzed an interesting new research, in order to enhance the Inclusive Fitness, mainly by physical educators.

Keywords: Educator Training, Inclusion, Inclusive Education, Physical Education and Inclusive Physical Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

REI - Regular Education Initiative

EUA- Estados Unidos

PNE- Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	15
1.2 OBJETIVO GERAL	17
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
1.4 METODOLOGIA.....	17
2 - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E NA EDUCAÇÃO FÍSICA	19
3 - A ESCOLA E OS EDUCADORES FÍSICOS QUE TEMOS NO ÂMBITO ATUAL	28
4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
5 - CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE A	37
APÊNDICE B.....	38

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação inclusiva consiste em acolher todos os educandos, sem exceção, promovendo a capacidade de compreender e aceitar o outro, usufruindo o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes e conforme as suas individualidades biológicas. Com isso, visa uma inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas, tendo o convívio com educandos ditos como “não especiais” e incluindo na sociedade. O princípio que fundamenta a Declaração de Salamanca (1994) é o de que toda criança tem direito à educação como meio de alcançar um nível adequado de desenvolvimento, em que características individuais, habilidades e necessidades, que lhe são particulares, serão respeitadas. Para isso, os sistemas de ensino devem ser organizados com vistas a atender também um público, cujas diferenças, entre os diferentes, podem ser mais acentuadas, os chamados alunos com necessidades especiais.

No ano de 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos – Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, houve o delineamento de um dos primeiros documentos que propõem diretrizes para uma educação que contemple as necessidades de todos. Como resultado dessa conferência, temos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que defende como princípio básico a Educação como um direito fundamental de cada cidadão (BRASIL, 1990).

Essa declaração defende que a educação é um direito básico de homens e mulheres de todas as idades no mundo inteiro. Ela nos traz que:

A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação (BRASIL, 1990).

Visto que, existe um consenso a nível mundial de que todas as crianças devem ter direito à educação, indiferente de qualquer dificuldade e/ou limitação, sendo direito á educação. Assim, nos últimos anos, tem havido a preocupação de defender o princípio da educação inclusiva, como a importância de promover o desenvolvimento dos sistemas educativos, de maneira a poderem incluir todas as crianças, independentemente das diferenças, deficiências ou dificuldades individuais (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, para desenvolver uma escola inclusiva é necessária uma liderança forte

e ativa nas escolas, na qual seja reconhecida a responsabilidade da sua direção na definição dos objetivos educativos, a qual deve garantir tomada de decisões que enfrentem desafios e apóiem as interações e processos compatíveis conforme o projeto político pedagógico da escola. Nesse caso é essencial uma liderança treinada e presente para atuar em cima de projetos ligados a educação, perante as pessoas com necessidades educativas especiais.

A inclusão educacional, na perspectiva de ser para todos, com ensino de qualidade, exige da escola mudanças, exige novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das atuais condições, para que o processo ensino-aprendizagem se modernize e para que os educadores se aperfeiçoem, adequando às ações pedagógicas à diversidade dos educandos (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

Para a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais, vale salientar que a escola tem de ter adaptações e adequações para assim poder cobrar de seus educadores.

É certo que grande parte de nós é resistente a mudanças. Não gostamos de deixar nossa zona de conforto, de nos depararmos com o desconhecido, todavia, mudança ou inovação nem sempre tem o sentido ou o compromisso de fazer algo inédito. Visto que, o medo e a acomodação reprimem mudanças.

Muitas vezes inovar está em conhecer o ontem, com os pés no hoje, mas com o olhar no amanhã, em outras palavras, inovar, mudar, pode, de maneira mais simples, estar no trabalho realizado no limiar do que é real e o que pode ou deveria ser o ideal. É necessário pensar na inovação também como possibilidade de empreender novos olhares para o que já está posto, para o que é simples, na perspectiva de materialização daquilo que é possível fazer, todavia que ainda precisa ser desvelado, colocado em prática para que possa ser compreendido com as devidas considerações, avaliações e resistências necessárias, no sentido de contribuir e legitimar o debate da inovação (CORREIA, 2008).

A inovação/aprendizado nunca será demais, é sempre bom para si mesmo estar buscando novos conhecimentos, até mesmo para o seu crescimento.

Embora reconheçamos que inclusão educacional, por um lado seja uma inovação que suscita mudanças em diferentes dimensões, entendemos também que inserir educandos com necessidades educacionais especiais, sejam elas permanentes ou temporárias, mais severos ou menos severos no ensino regular é, por princípio, garantir e assegurar a democracia de direito, de educação de boa qualidade para todos e com todos, levando também ao entendimento que todas as pessoas são capazes de aprender, por direito, de acordo com suas competências, habilidades e suas possibilidades (BRASIL, 2008).

Ao se considerar o educando com necessidades educacionais especiais como cidadão que possuem direitos e deveres, o enfoque sobre suas limitações, sobre sua deficiência se caracteriza como secundário, o que pode lhe devolver a autoestima, trazer-lhe o sentimento de pertença, proporcionando seu engajamento nas atividades escolares e propiciando-lhe novas relações sociais (BRASIL, 2008).

Certamente que não temos nem compartilhamos da ideia simplista e ingênua de que inclusão é ou se dá apenas pela inserção do educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular, na sala de aula, depositando e delegando a responsabilidade da continuidade desta ação exclusivamente a figura do educador.

O cotidiano escolar é recoberto de conflitos de toda ordem (políticos, éticos, paradigmáticos, entre outros) suscitando constantes reflexões acerca das questões multifatoriais que o compõem e o influenciam, em que o educador é um entre tantos outros protagonistas e, portanto seria leviano de nossa parte atribuímos a ele a culpa e a responsabilidade pelo sucesso ou não do processo, na qual o trabalho em questão observa-se o olhar destes educadores diante da Educação Física Inclusiva, na qual não visa julgar os educadores, mas sim refletir o que melhorar para a atuação deste educador diante a Educação Física Inclusiva.

A atenção sobre as pessoas com necessidades educativas especiais tem que ser com um olhar atento, portanto não depende unicamente da participação do profissional, a inclusão desses será indiferente dos educandos “não especiais”, pois uns se saem melhor e outros não e a culpa não é individualmente do profissional, porque isso vai além da educação escolar.

Partindo disto, a inclusão e o princípio democrático da educação para todos só se efetivarão nos sistemas educacionais se estes se especializarem em todos os educandos, não apenas em uma parcela, sendo necessário outro olhar em que o reconhecimento à diversidade e a diferença se estabeleçam e se configurem como premissas (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

Entre as razões que sustentam nossas convicções de que a inclusão se apresenta como uma inovação e como nova perspectiva para as pessoas com necessidades educacionais especiais ou não, sem dúvida, é a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Quando falamos aqui em qualidade, nos referimos a uma reorganização da escola, tanto nas suas estruturas arquitetônicas quanto curriculares e metodológicas, além daquelas no campo das atitudes, de modo que as tornem aptas para atender e responder às necessidades de cada um de seus educandos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas ‘amarras’ da educação especial e suas modalidades de exclusão. É uma modificação que implica num esforço de

atualização e reestruturação do pensamento pedagógico. Portanto, é um processo de reorganização em um todo, seja desde as estruturas materiais as colocadas em prática dentro da sala de aula ou na quadra esportiva.

Vale também aqui enfatizar que a relação qualidade de ensino/inclusão/exclusão não se dá ou se estabelece apenas no que se refere às pessoas em condição de deficiência, ou com poucas habilidades motoras ou esportivas, caso específico da Educação Física, mas também para com aquelas em condição de pobreza, as que não podem frequentar as aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos socialmente discriminados, as que de tanto repetir desistem de estudar, entre outros (CORREIA, 2008).

Importante também afirmar que não se trata de negar ou desconsiderar as contribuições e possibilidades do atendimento via educação especial, mas ela não pode ser a única ou entendida como ‘tábua de salvação’ se, e quando, as dificuldades se apresentarem ou se fizerem presentes na caminhada. Assim, o desenvolvimento, a efetivação e o sucesso da inclusão, pensada a partir de seus princípios, decorrerão, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos, tanto dos educandos ditos normais quanto dos educandos com necessidades educacionais especiais inseridos na escola regular, por meio da adequação de práticas pedagógicas que tenham como referência a diversidade. Que para se conseguir resultados positivos não depende apenas do educador, mas também da colaboração de seus educandos para um bom desempenho.

Diante disto, esta pesquisa torna-se pertinente, numa área tão vasta da educação, visando uma educação para todos, numa perspectiva inclusiva e os olhares dos educadores físicos para a Educação Física Inclusiva. Visto que, onde a opinião dos profissionais da área da Educação Física demonstram as possibilidades e as implicações encontradas no processo inclusivo.

Com isso, na primeira parte do trabalho analisaremos a Educação Inclusiva e as suas possíveis mudanças necessárias para uma educação/escola de todos; numa partilha de responsabilidades pelos vários atores da educação e os benefícios da inclusão.

Já, no segundo momento descreveremos os resultados sobre o questionário aplicado com os educadores físicos da cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, demonstrando as possibilidades e as implicações da Educação Física Inclusiva no contexto atual, educacional e escolar.

Posteriormente, debruçamo-nos sobre a análise e interpretação dos dados coletados. Finalizando, apresentamos as principais conclusões globais da pesquisa, diante dos olhares dos educadores físicos para a educação inclusiva.

1.1 JUSTIFICATIVA

Pensar a escola como um espaço aberto à diversidade, em condições de oferecer uma educação de qualidade, tem sido, principalmente nas últimas duas décadas do século XX e nesta primeira década do século XXI, um dos principais focos de discussões e mobilizações em diversos segmentos do cenário político, social e educacional (FREIRE, 2008).

Todavia, referindo-se a este período de publicações e discussões globalizadas, não devemos nos iludir acreditando que as soluções para os desacordos presentes e vivenciados no cotidiano escolar referentes a temática da inclusão e da exclusão, possam emergir apenas do plano das discussões políticas e teórico formais.

Neste contexto de reorganização social e educacional, o atendimento à diversidade, no ambiente escolar, deve enfatizar também a ação do educador como uma práxis pedagógica que valorize a transformação do conhecimento, da potencialidade e das possibilidades como condição básica no atendimento das diferentes características e necessidades e expectativas dos educandos independentemente da condição que o precede. Em outras palavras, espera-se também uma mudança do e no próprio educador, seja naquele que já está atuando bem como nos que estão em seu processo de formação (CORREIA, 2008).

A transformação do conhecimento sobre as pessoas com necessidades educativas especiais tem que ser aplicada tanto nos que já atuam na área quanto os futuros educadores físicos.

De forma geral, o que se mostra necessário ou o que se perspectiva é uma mudança, uma ‘inovação’ na escola, compreendendo a ação e formação docente. Inovação esta que no nosso entender seria desencadeada a partir de práticas pedagógicas baseadas nos princípios da inclusão (equidade, alteridade, equifinalidade) de uma escola para todos, de uma educação efetivamente com todos (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

Neste contexto, sucesso e fracasso tornam-se palavras evidenciadas e comuns no vocabulário do processo ensino-aprendizagem. Possibilidade, adequação, adaptação, diversidade, igualdade de participação, mudança, inovação, entre outros, são termos que compõem o vocabulário da inclusão educacional que passaram a serem desafios a se enfrentar na perspectiva de ‘arrumarmos o guarda-roupas’ da inclusão, de compreender de forma diferenciada o processo educativo a ser construído em função das necessidades e dificuldades dos educandos. Nesta perspectiva, o olhar pedagógico voltado para a diversidade e para a diferença passa a ser de acolhimento, reconhecimento e pertencimento.

A inclusão escolar torna-se um desafio e ao mesmo tempo uma inovação, porque confronta a pretensa homogeneidade do sistema escolar com a heterogeneidade da diversidade das condições de aprendizagem dos alunos, o que inquieta, desorganiza e desafia os educadores em geral (CORREIA, 2008). Por isso, o motivo desta pesquisa, para analisar a visão dos educadores físicos para a Educação Física Inclusiva.

Vale atentar para o fato de que muitas vezes, pelo próprio contexto aqui exposto, ao tentarmos contornar a exclusão e nos livrarmos das amarras da homogeneidade, na melhor das intenções a favor da inclusão, colocamos todos os educandos numa mesma categoria de aprendizagem ou os subdividimos em tantas outras que acabamos por generalizar todo o processo, em detrimento das necessidades e expectativas dos mesmos. Inclusão educacional não deve significar igualar a todos na mesma medida, tão pouco subcategorizá-los, mas dar a eles a oportunidade e o tratamento necessários, atendendo suas necessidades, desafiando suas possibilidades e desenvolvendo suas potencialidades (BRASIL, 2008).

Duarte, Mollar e Alves (2013) fala que também formador deste cenário está o desafio de ultrapassar as fronteiras da representação que algumas palavras assumem quando apresentadas ou se fazem presentes em determinados segmentos educacionais. As palavras ‘mudança’, ‘inovação’, ‘deficiência’ e ‘inclusão’, quando chegam ao ambiente escolar, parecem desencadear um desconforto, um movimento de tensão e de resistência e por vezes até de estagnação e impotência por parte de muitos profissionais que nele atuam. A falta de compromisso e o medo de tentar algo novo incomodam, onde os educandos não procuram melhorar e estacionam por medo de não conseguirem.

Mudar, inovar e incluir, são verbos e, portanto, significam ações que quando tratadas pela educação parecem vir atreladas à ideia de se abandonar tudo o que se sabe, se produziu até então para, a partir de determinado momento, produzir ou agir de forma inédita e em um campo desconhecido. Por sua vez a palavra deficiência, que em geral segue atrelada a palavra inclusão, quando chega à escola, é apresentada na condição inicial como percepção social excludente de incapacidade (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

O despreparo do profissional quando se trata sobre a educação ainda é muito grande e, quando aborda em mudanças uma boa parte não tem aceitação.

Ainda entre os desafios enfrentados pela escola no sentido de assumir a inclusão está o de transcender sua própria tradição de constituir-se em espaço limitado apenas aos processos de ensino-aprendizagem, processos esses que com o passar do tempo se configuram na criação e/ou manutenção de práticas docentes fragmentadas que dia a dia efetivam e materializam a escola como um ambiente inflexível, foco de seleção, segregação e

padronização, na qual o trabalho visa minimizar estas ações e trilhar caminhos para uma Educação Inclusiva, com o apoio dos educadores físicos. Todavia, assumir a responsabilidade de inclusão no processo de ensino-aprendizagem está ligado na prática do dia a dia, com o apoio dos profissionais trilhando um caminho inclusivo.

1.2 OBJETIVO GERAL

O principal objetivo desta pesquisa é analisar e refletir quais relações e condições os educadores físicos da cidade de São Sebastião do Paraíso/MG enfrentam no cotidiano escolar do ensino regular.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo da Educação Física Inclusiva diante do contexto educacional e da Educação Física, numa perspectiva de educação para todos;
- Analisar os mecanismos de ensino-aprendizagem dos educadores físicos, através de capacitação e o apoio diante das pessoas com necessidades educativas especiais;
- Sensibilizar e envolver a sociedade em geral e a comunidade escolar em particular;

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de maneira qualitativa e quantitativa, por meio de revisão bibliográfica, no qual foram utilizadas fontes secundárias, a partir de livros, artigos, dissertações, teses, entre outras e foram pesquisados no mês de março a setembro 2014.

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999). Como forma de enriquecer o presente trabalho foi realizado um questionamento aplicado aos educadores físicos sobre o olhar diante da Educação Física Inclusiva, na cidade de São Sebastião do Paraíso/MG.

No trabalho em questão, foi utilizada uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórica baseou em diversos autores, investigadores na área da inclusão. O instrumento de

coleta dos dados foi um questionário do tipo estruturado e o instrumento de análise dos dados foi o inferencial interpretativo.

Quanto à abordagem quantitativa, obtiveram dados estatísticos e de parâmetros para o trabalho com a Educação Física Inclusiva utilizada no momento da tabulação dos dados. Este estudo traz o seguinte problema de pesquisa: De que modo professores de Educação Física escolar, do município de São Sebastião do Paraíso, concebem a educação inclusiva?

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A educação inclusiva pressupõe a aceitação de todos, que no decorrer da história, foram excluídos da escola, como por exemplo: as pessoas com deficiência (auditiva, física, mental/intelectual e visual). Assim, a escola assume como principal objetivo o ensinar a todos e estar habilitada para o fazer com todos. Indiferente da deficiência a educação é direito de todos.

Porém, as instituições de ensino necessitam de uma maior mobilidade e quebrar alguns paradigmas que já estão institucionalizados. Pois, as pessoas não aprendem da mesma forma e nem ao mesmo tempo. Na maioria das vezes, este preconceito é fruto da falta de informação, porque de uma forma errônea, pensa-se que as pessoas com alguma deficiência (auditiva, física, intelectual e visual) não são capazes de efetuar determinadas atividades, quando na realidade conseguem realizá-las de acordo com as suas características e limitações (BRASIL, 2008). Cada indivíduo tem o seu tempo e seu modo para aprender e, para os que apresentam algum tipo de necessidade especial não são diferentes.

Nós último anos, a educação inclusiva tem sido repensada, pois se espera que a pessoa com necessidades educativas especiais seja representada com os mesmos direitos, enquanto ser humano, e que possa viver e desfrutar do mesmo mundo como os demais. Visto que, a educação é um aspecto determinante para que os cidadãos se possam integrar plenamente, porque não é possível alcançar a concepção igualitária entre os diferentes, se as diferenças são destacadas na escola e até mesmo na quadra, durante as aulas de Educação Física (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

A educação física inclusiva espera que os deficientes tenham os mesmos direitos, porém essas diferenças são mostradas nas próprias escolas.

Então, o processo de educação inclusiva no ensino regular tem desencadeado mudanças na forma de compreender e estruturar a educação em geral exigindo, principalmente da escola, um olhar para a diversidade com ações e atitudes mais democráticas e igualitárias, em que o ensino deve tornar-se um potencial eixo transformador (BRASIL, 2008).

Transformações estas que por questões não só educativas, mas também sociais acabaram por ultrapassar os limites da escola transferindo e atribuindo-lhe novas responsabilidades, transcendendo sua finalidade inicial de transmitir conhecimento. Ao longo

da história e de seu próprio tempo, a escola tem sido levada a ampliar seu leque de atuação, constituindo-se em um espaço dinâmico de discussão e reflexão crítica acerca de si mesma e da sociedade. Porém, muitos educadores já tenham se dado conta deste contexto, ainda relutam em aceitá-lo, mesmo que constantemente tenham de opinar, planejar e atuar nesse ambiente (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

Ainda mostra pouca aceitação dos profissionais e até mesmo das escolas quando se fala em mudanças.

A autora pontua que diante disto, conteúdos como cidadania, autonomia, moralidade, ética, deficiência, pluralidade cultural, diversidade, discriminação racial e sexual, entre outros, têm sido temas abordados no ambiente escolar e disseminados para a sociedade, a partir do advento da integração e da educação inclusiva. Sendo a educação inclusiva, disseminada, não só a título de informação, mas, sobretudo, de discussão e reflexão no sentido de contribuir, entender, ressignificar, dar novo sentido ao papel do ensino-aprendizagem, da educação escolarizada, ou, no mínimo, sensibilizar e suscitar reflexões acerca do assunto.

Todavia, a educação inclusiva no contexto educacional e na Educação Física significa o direito à justiça, à integração e à igualdade da criança com necessidades educativas especiais. Então, promove um melhor desenvolvimento físico e psíquico do educando com características especiais e aos demais educandos, proporcionando condições para a construção de atitudes de respeito, ajuda e compreensão (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 213).

Para a autora este movimento da educação inclusiva tem que ser encarado como uma afirmação que os direitos humanos não devem ser apenas uma declaração teórica, mas um meio para ser contextualizado na prática. A partir das teorias vem o lado de colocar em prática tudo que é direito do ser humano.

Como descrito por Correia (2008), a filosofia da educação inclusiva nasceu em 1986, com Madeleine Will, secretária de Estado para a Educação Especial do departamento de educação dos EUA, quando, no seu discurso, invocava uma mudança no atendimento das crianças com necessidades educativas especiais e em “risco educacional”. Ela constatou que, dos 39 milhões de educandos matriculados nas escolas públicas americanas, havia uma elevada percentagem de educandos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais), sendo 10% e outros de 10 a 20% não considerados NEE, mas considerados com problemas de ensino-aprendizagem e de comportamento. Além disso, afirmava que perante este grande insucesso dos educandos, possivelmente alguns se poderiam converter num grupo de pessoas marginalizadas, não especializadas e/ou desempregadas. Todavia, a resolução desta situação estaria na cooperação entre os educadores do ensino regular e da educação especial, com o

intuito de analisarem as necessidades educativas dos educandos com problemas de ensino-aprendizagem, desenvolvendo estratégias para responder as respectivas dificuldades. Somando que, assim deu-se início a um novo movimento chamado REI (Regular Education Initiative) que é a Iniciativa da Educação Regular/ou Iniciativa Global de Educação que, defende a ideia de que deverá ter uma adaptação da turma regular para possibilitar as experiências e as aprendizagens do educando nesse ambiente. A propósito, incentiva também a serem encontradas formas para apoiar o maior número de educandos com necessidades especiais na turma regular; com a parceria do ensino especial no ensino regular e com outros serviços especializados. Por sua vez, a responsabilidade para responder às necessidades educativas especiais do educando caberá aos serviços de ensino especial e do ensino regular.

É possível a inclusão dessas pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, com a mediação de um serviço especializado, desenvolvendo estratégias para que atendam as necessidades desses educandos com qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Correia (2008) relata que nesta perspectiva de democratizar o ensino-aprendizagem e facultar o acesso à escolaridade a todas as crianças e jovens; este assunto foi uma das primordiais alterações socioeducativas ocorridas nas últimas décadas. Sendo que, a educação inclusiva é, no contexto atual, um direito, uma vez que o modelo da escola para todos é gerador de sucesso e uma exigência social e política e não um projeto isolado e descontextualizado.

Visto que, as escolas regulares, seguindo esta orientação de educação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando assim a educação para todos; proporcionando uma educação adequada à maioria das crianças e promovendo a eficiência, numa ótima relação de todo o sistema educativo (CORREIA, 2008).

A educação inclusiva no âmbito escolar é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente das dificuldades, deficiências ou diferenças que elas possam apresentar. No entanto, através do conhecimento e resposta às necessidades diversas dos educandos, do ajuste aos diferentes estilos e ritmos de ensino-aprendizagem; e assegurando uma educação de qualidade a todos, com base num currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino-aprendizagem e uso de recursos e parcerias com as respectivas comunidades (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013).

Os profissionais da Educação Física devem planejar as suas aulas sempre com intuito de interagir como um todo, usando suas devidas estratégias para o trabalho com sucesso e

qualidade.

Para Duarte, Mollar e Alves (2013), os educandos com necessidades educativas especiais devem receber o apoio suplementar de que necessitam para poderem desfrutar de uma educação eficaz. Pois, a educação inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os educandos com necessidades especiais e os educandos considerados “normais”, na qual nota-se isso em evidência nas aulas de Educação Física, através dos jogos e das brincadeiras lúdicas.

Vale pontuar que o desenvolvimento da escola inclusiva implica grandes mudanças organizacionais e funcionais nos diferentes níveis do sistema educativo, na articulação dos diversos agentes educativos, na gestão da sala de aula e dos currículos, assim como do próprio método ensino-aprendizagem. Mas, tudo isto pode gerar resistências e medos que possibilitem a ocorrência dessas mudanças (FREIRE, 2008).

Para que isso se efetive, a escola e os educadores devem se preparar, realizando formação e capacitação, deixando o medo de lado e lembrando o quanto isso será importante para as pessoas com necessidades educativas especiais.

Some-se a isto que, o educador da educação adaptada deve ser o principal recurso dos educadores do ensino regular, como consultor e como agente de formação; assim como dinamizador e gestor dos meios a disponibilizar para a implementação dos programas de intervenção delineados, na qual o profissional de Educação Física precisa de um apoio ou uma capacitação deste profissional, para lidar com este educando que apresenta algum tipo de deficiência (FREIRE, 2008).

Partindo desta ideia, falar de uma educação inclusiva implica falar de uma escola para todos, na qual o ensino-aprendizagem ocorre na resolução dos problemas, diante da diversidade dos indivíduos. Todavia, é um desafio à criatividade e ao profissionalismo dos educadores, criando e adaptando mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas; inclusive com novos olhares e novas práticas nas aulas de Educação Física (CORREIA, 2008). A ideia é deixar claro que quando se fala da educação, os olhares fixem para todos, sem exclusão, discriminação e preconceito.

Na visão de Correia (2008), numa sociedade constantemente em mudança são novos e exigentes os desafios colocados aos educadores, pelo que, há de repensar a profissão no sentido de transformar tanto os métodos de trabalho, como os modos de relacionamento com os educandos e a sociedade em que está inserido. Não é apenas o modo de ser trabalhado que tem que ser mudado, mas também a maneira de se relacionar com esses indivíduos.

Por isso, hoje em dia, é atribuído ao educador um papel de mediador intercultural,

organizador de uma vida democrática e intelectual que não se limita a transmitir saberes, mas que é um agente que luta pela mudança e que coloca na primeira linha, práticas reflexivas que, em muito, contribuem para o real desenvolvimento da atuação como profissional da educação. Vale acrescentar que, o profissional de Educação Física é fundamental na educação, na qual faz parte do processo de ensino-aprendizagem de todos os educandos (CORREIA, 2008).

Correia (2008) esclarece que diante desta nova realidade, para a profissão de educador e de todas as áreas, é necessário introduzir nas escolas de ensino regular, conhecimentos científicos e pedagógicos que ajudem e preparem o educador para o trabalho a realizar com a diversidade do público escolar.

Portanto, um dos principais meios para dar resposta aos desafios da escola atual é a aposta na formação inicial e contínua de educadores, com apoio financeiro ou plano de carreira. Mas, para além da formação contínua, deve ser disponibilizado tempo para que os educadores se entre ajudem e explorem aspectos da sua prática pedagógica num clima salutar, evolutivo e reflexivo da pedagogia praticada nas escolas e, mais particularmente, nas suas aulas. Ao passo que, tanto a formação contínua como a disponibilidade de tempo são muito importantes e pertinentes, pois auxiliam os educadores a identificarem e partilharem os sucessos e os insucessos da prática pedagógica, ajudando-os a melhorar as suas ações futuras tanto no trabalho a desenvolver com os educandos com necessidades educativas especiais, como aqueles ditos como “normais” (CORREIA, 2008).

Ademais, o êxito da educação e da escola inclusiva não depende apenas da formação de educadores. Pois, a par de uma boa formação devemos por enfoque a prática pedagógica que os educadores operam no exercício das suas funções e o profissional de Educação Física precisa embasar a teoria com a sua prática cotidiana, para que alcance a educação inclusiva durante a realização das suas aulas (DUARTE, MOLLAR e ALVES, 2013). Nada que a experiência teórica colocada em prática para que alcance o resultado imposto.

Efetivamente, para que isto aconteça, o educador de Educação Física deve estar atento às dificuldades que o grupo/turma apresenta no sentido da ação pedagógica ir ao encontro de um caminho que responda à diversidade e permitindo, assim, que a mensagem chegue aos educandos, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento. Então, o educador tem que ir ao encontro do educando, percorrendo e analisando o caminho por ele realizado na tentativa de compreender as dificuldades encontradas. Assim, poderá fomentar estratégias eficazes e adequadas às características individuais de cada educando (DUARTE,MOLLAR e ALVES, 2013).

Com isso, os educadores contribuem para o crescimento de uma escola com perspectivas amplas no âmbito de desenvolvimento curricular, de ensino-aprendizagem, da organização da sala de aula e das respostas às necessidades educativas individuais dos educandos, contribuindo para o sucesso de uma escola cada vez mais inclusiva (FREIRE, 2008).

Por sua vez, Freire (2008) relata que cabe ao educador, inclusive de Educação Física, a responsabilidade de flexibilizar os currículos e de efetuar adaptações curriculares que promovam a progressão dos educandos dentro da diversidade que é a escola. Atualmente, é o educando que dita os conteúdos a aprender, os processos e o ritmo de ensino-aprendizagem. É um ensino variado para o educando e para as suas capacidades e limitações, passando o educador para um papel de retaguarda que este não está habituado a desempenhar, daí a dificuldade que alguns educadores sentem ao trabalharem com a diferença.

Então, flexibilizar o currículo, consiste em abrir o currículo às diversas aprendizagens, que uma determinada sociedade considera pertinentes para nela e que se inserirem todos os indivíduos que a constituem. Nesse sentido, quer isto dizer que, tendo como pano de fundo o currículo nacional, vamos reajustando às necessidades de ensino-aprendizagem da realidade atual, social e escolar de cada região (FREIRE, 2008).

O educador físico tem que ter consciência que em cada local a se trabalhar será uma nova forma para se adaptar e adequar, reajustando as necessidades de um processo de ensino-aprendizagem qualitativo.

Face à diversidade que se vive hoje em dia no ambiente escolar surgiram algumas questões pertinentes, como os educadores tentarem dar respostas às necessidades dos educandos com necessidades educativas especiais no ensino regular, confrontados com alguns desafios, nem sempre é de fácil resolução. Um desses desafios é, sem dúvida, a otimização da flexibilização curricular, pois deve manter algumas das competências e dos objetivos básicos do currículo nacional, mas diferenciar a forma de organizar os conteúdos, as metodologias, os espaços e os tempos, bem como o sistema de avaliação, no intuito de promover o sucesso da educação inclusiva para os educandos na escola (FREIRE, 2008).

As ações que se estabelecem e se configuram no ambiente educacional, no interior da escola, estão respaldadas, pelos documentos internacionais e nacionais. Garantir a todos àqueles que chegam à escola, condições adequadas de permanência, aprendizagem e possibilidades de êxito, inclusive aos que apresentam algum tipo de necessidade especial ou deficiência, no chamado ensino comum, evidenciam o reconhecimento, a necessidade e o desafio de que não basta apenas aceitar os educandos que a procuram, mas é preciso

atendimento de qualidade para com suas necessidades de ensino-aprendizagem e o compromisso para proporcionar também uma formação para a cidadania (BRASIL, 2008).

A rede de ensino tende estar adaptada em condições adequadas para chegada e permanência de qualquer indivíduo, tendo rendimento de qualidade para uma formação digna.

Acrescentando que, para Correia (2008) um dos agentes fundamentais para a implementação de uma filosofia de educação inclusiva é a liderança de uma escola. Esta desempenha um papel importante no envolvimento e na partilha de responsabilidades com todo o corpo educacional, no que respeita à planificação e à obtenção dos objetivos que levam ao sucesso escolar de todos e de cada um dos educandos. O órgão diretivo, em conjunto com os restantes educadores, é responsável por fazer com que todos os intervenientes educativos, incluindo os pais e outros membros da comunidade, se sintam parte de um projeto educacional que tenha por base os princípios da inclusão. É também da responsabilidade deste órgão a organização de ações de formação e a obtenção de apoios, facultando aos educadores a resposta às necessidades de todos os educandos.

A escola tem que proporcionar aos educadores caminhos para que eles possam desencadear um ensino-aprendizagem de qualidade para esses educandos, capacitando-os para buscarem ajuda de como trabalhar e agir, envolvendo todo um processo juntamente com os pais, sociedade e demais educadores (multidisciplinar).

Correia (2008) mostra que para assegurar o sucesso de um sistema educativo inclusivo tem que haver um conjunto de responsabilidades assumido pelas várias entidades – Estado, Escola, Família e Comunidade – que o formam. Um fator principal a ter em conta é o Estado, pois o seu papel é primordial em todo o processo criativo de um sistema para todos. Assim, será necessário analisar as reformas para a implantação e implementação desse sistema educacional inclusivo. O Estado assume vários papéis: assegurar o financiamento para os recursos humanos e materiais necessários à inclusão da criança com NEE; permitir autonomia à escola para implementar, de acordo com a sua realidade, um sistema inclusivo; possibilitar às instituições de ensino superior a definição de alternativas de formação relativas à “filosofia da inclusão” e sensibilizar o público em geral para que este perceba as vantagens de um “sistema inclusivo”.

Para que possa acontecer esse processo inclusivo, tem de haver a conscientização de todos, partindo da colaboração do Estado para com a escola, para que ela desenvolva as devidas mudanças necessárias.

Nessa perspectiva, a escola surge como outro fator onde as responsabilidades são ao nível da formação do educador do ensino regular e do educador de ensino especial, assim

como elementos dos órgãos de gestão da escola e outros profissionais. Dentre estas responsabilidades, deve fazer a planificação adequada das atividades, de modo a haver comunicação entre o educando com necessidades educativas especiais, o educador, os pais e a comunidade, para que não falte apoio coordenado ao educando com necessidades educativas especiais; a sensibilização e apoio aos pais e à comunidade permitindo o envolvimento do educando com necessidades educativas especiais; por fim, a escola deve ser flexível adequando o currículo às características individuais de cada educando, a partir do reconhecimento que nem todos os educandos atingem os objetivos curriculares ao mesmo tempo (FREIRE, 2008).

A participação da família é importante, pois contribui para o sucesso do educando com necessidades educativas especiais, quer na sua formação, quer na sua participação e apoio na escola e na comunidade, facilitando a educação inclusiva. A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação, e assegura a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e das normas (FREIRE, 2008).

A família tende estar presente e ciente do que se passa dentro da escola, podendo assim auxiliar fora dela na formação daquele indivíduo.

No entanto, a responsabilidade da comunidade é relevante na educação para a vida ativa do educando com necessidades educativas especiais, tanto na participação como no apoio e na sensibilização da comunidade em relação ao acesso para todos. Com isso, deve existir uma ligação entre os serviços comunitários e a escola, para melhor atender às necessidades específicas do educando e da sua família. Assim, o objetivo será o desenvolvimento global do educando com necessidades educativas especiais no ensino regular, criando aulas e incentivos que lhe permitam um desenvolvimento sócio emocional e pessoal apropriado às suas características (FREIRE, 2008).

No contexto atual existem educadores, diretores, especialistas e pais que acreditam que a educação inclusiva é possível, mas existem outros que procuram essa certeza, empenhando-se por encontrá-la nas suas aulas, nos cursos e nas formações que frequentam. Além disso, há aqueles que não se conseguem libertar de preconceitos e de hábitos enraizados, não permitindo reavaliar as suas atitudes face aos novos desafios educacionais (CORREIRA, 2008).

Nossa sociedade é dividida entre a inclusão e a não inclusão desses, primeiramente por medo das adaptações e por vir a fracassar profissionalmente. Por outro lado, já tem quem acredita que possa dar certo, pois já analisam com outros olhos, como sendo pessoas normais, tendo apenas algumas limitações, como todo indivíduo apresenta.

Dessa forma, Correia (2008) afirma que em relação aos educandos com necessidades educativas especiais, a filosofia da educação inclusiva também suscita vantagens, pois permite perceber que todos nós somos diferentes, e que essas diferenças individuais devem ser aceitas e respeitadas. Assim, é promovida a ideia de que o ensino-aprendizagem social que cada um de nós experimenta tem sempre algo de valor a dar aos outros, sejam quais forem as nossas particularidades. Ao educando com necessidade educativa especial é reconhecido o direito de aprender junto com os seus pares sem necessidades educativas especiais, facultando aprendizagens similares e interações sociais apropriadas.

Contudo, a escola como espaço inclusivo tem sido alvo de inúmeras reflexões e debates, onde precisa ser levado em consideração que muitos educadores ainda não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades desses educandos, também que por sinal muito das escolas do ensino regular não apresentam infraestrutura para estar recebendo os mesmos e temem a demais mudanças, mas que a aceitação da inclusão vem sendo aplicada no contexto atual e melhorando aos poucos na sua aplicabilidade cotidiana, inclusive com um apoio de outra pessoa para auxiliar este educando (tutor, mediador, instrutor e outras nomenclaturas), numa perspectiva de Educação para Todos, conforme é pontuado no Plano Nacional de Educação de 2014-2024. A inclusão escolar é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio, de aceitar e conviver com pessoas diferentes, compartilhando experiências que possibilitem seu desenvolvimento social e educacional (MANTOAN, 2008), nesse sentido, a finalidade da educação inclusiva é acolher a todos sem exceção, especialmente os estudantes que tem algum tipo de deficiência seja ela física ou mental, os superdotados, e os que são discriminados do convívio social, pois como afirma Baptista (2008, p. 178) não devemos esperar mudanças rápidas, visto que “percebe-se a necessidade de pequenos passos assumidos coletivamente, desencadeando transformações crescentes envolvendo a sala de aula, a escola e todos nós”.

3. A ESCOLA E OS EDUCADORES FÍSICOS QUE TEMOS NO ÂMBITO ATUAL

Podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é ensinar a todas as crianças, indistintamente em um mesmo espaço educacional: as salas de aula de ensino regular. A escola se sente ameaçada por tudo o que ela criou para se proteger, que existe além de seus muros e paredes, novos saberes, novos alunos, outras maneiras de resolver problemas, de avaliar a aprendizagem, de se estruturar e de vir a ter mudanças.

Toda trajetória escolar precisa ser repensada, considerando-se os efeitos cada vez mais nefastos das hiper especializações (MORIN, 2001). Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se reestruturem para uma educação voltada para a cidadania livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

A diferença nesses espaços é o que o outro é, se ele é branco, religioso, deficiente, como nos afirma Silva (2000), é o que está sempre no outro que está separado de nós para ser protegido ou para nos protegernos dele. Em ambos os casos nós somos impedidos de realizar a experiência da diferença e de conhecer a sua riqueza, conhecer o outro como se diz. A identidade é o que se é, como afirma o mesmo autor eu sou brasileiro, sou negro, eu sou estudante.

A escola é o lugar que vai lhes proporcionar condições de desenvolver esses educandos e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural que lhes confere oportunidades de ser e de viver dignamente.

Silva (2000) ressalta sobre a necessidade de as escolas tornarem-se comunidades acolhedoras, sendo que o primeiro passo desse processo seria o desenvolvimento de uma cultura escolar baseada no reconhecimento, na valorização e no respeito a todos os alunos.

As condições de que dispomos hoje para transformar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos em que, a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem, se componham e que os talentos de cada um sobressaiam, pois escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, mas vale sempre ressaltar e deixar bem claro que ainda falta mudanças, melhoras na infraestrutura para estar recebendo estes alunos portadores de necessidades especiais, ou qualquer outra deficiência.

Os nossos estabelecimentos de ensino têm por força da lei, que adotar práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem suas especificidades. Não basta uma educação não para a cidadania.

Autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além de infraestrutura inadequada e condições precárias de materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência.

Quanto à formação dos professores para a educação especial, já temos muitos meios de capacitar esses profissionais: nas Habilitações dos Cursos de Pedagogia, nas inúmeras especializações que se criam nos cursos de pós-graduação, na formação continuada oferecida pelas redes de ensino como “cursos preparatórios para a inclusão”, no acervo de clínicas e instituições que atendem a alunos e pessoas com deficiência.

Estudos recentes sobre a atuação do professor em classes inclusivas apontam que o sucesso de sua intervenção depende da implementação de amplas mudanças nas práticas pedagógicas, quais sejam: a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa; a adaptação ou (re)construção de currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para esses educadores; o estabelecimento de novas formas de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional (MANTOAN, 2001; MRECH, 1998; WESTWOOD, 1997).

Estes dispositivos já seriam suficientes para que ninguém pudesse negar a qualquer educando o acesso à mesma sala de aula, mas basta os educadores ter consciência e buscar, pois ferramentas têm para o auxílio dos mesmos.

A formação implica um processo contínuo, o qual, segundo Sadalla (1997), precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem. Para a autora, o professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula.

Porém a formação dos professores não acontece do dia para a noite, ela é construída no interior das escolas, à medida que os problemas de aprendizagem dos alunos com e sem deficiência aparecem. Trata-se de uma nova formação, que busca aprimorar o que o professor já aprendeu em sua formação inicial, fazendo-o tomar consciência de suas limitações, de seus talentos e competências, suplementando esse saber pedagógico que eles possuem.

Ross (1998) pontua que o diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas.

Pois um auxílio aos educadores sempre será bem vindo, além dele somente estar presente e passando para os educandos a aprendizagem, ele terá um suporte a mais com ajuda de toda a instituição, comunidade, um projeto que abrange todos em busca de somente um objetivo, o sucesso para a formação desses educando.

Infelizmente, ainda não se tem uma clara definição das nossas autoridades educacionais sobre a adoção de uma política verdadeiramente inclusiva em nossas escolas regulares. Os responsáveis são os grandes aliados dos que estão empenhados na construção da nova escola brasileira – a escola inclusiva, aberta às diferenças. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com e sem deficiências.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da pesquisa realizada na cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, no período de março a setembro de 2014, encontramos os seguintes resultados no questionário aplicado com os educadores físicos diante da Educação Física inclusiva:

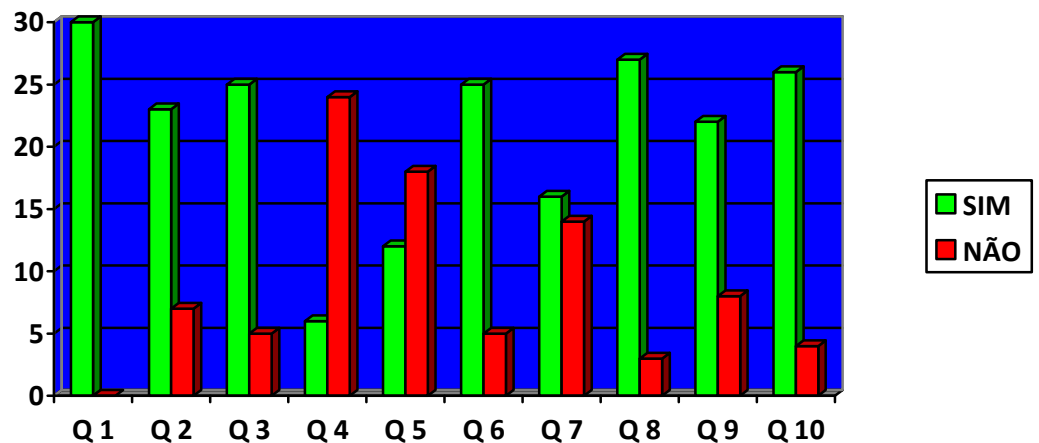


Figura 01: Médias dos educadores físicos.

Fonte: Elaboração nossa a partir de dados do Questionário, ano 2014.

Inicialmente, o emprego da proposta de Educação Física inclusiva, envolve vários aspectos, sendo um deles a atuação do educador, que foi possível refletir com o questionário aplicado, na qual todos os trinta entrevistados apresentaram ensino superior, a maioria deles atuam na profissão há mais de cinco anos (76%), sendo a maioria trabalham com educandos que apresentam necessidades educativas especiais (83%), ademais demonstraram conhecimento sobre o que realmente é inclusão e não como semelhança de integração (80%). Assim, um ponto que se destaca é que a escola não apresenta infraestrutura adequada para atender os educandos com necessidades educativas especiais (60%), na qual precisa ser revisto e discutido no contexto atual e educacional. As grandes maiorias dos entrevistados responderam que todas as pessoas com necessidades educativas especiais podem frequentar o ensino regular (83%), porém depende de como acontecerá a sua mediação, porque pode ser um fator de comprometimento no processo de ensino-aprendizagem. Quando foi abordada a questão de capacitação e/ou aperfeiçoamento sobre necessidades educativas especiais houve

um equilíbrio nas respostas, sendo 53% mostraram que já fizeram curso e 47% ainda não, caracterizando um fato que precisa ser levado em consideração, devido ao aspecto que favorece positivamente a Educação Física inclusiva quando há um conhecimento sobre o assunto. Sobre o projeto político pedagógico da escola, os educadores físicos acreditam que caminham no intuito da Educação inclusiva (90%). Ao passo que, os educandos pontuaram que há qualidade no processo de ensino-aprendizagem no ensino regular (73%), desde que tenha uma pessoa para auxiliar este educando com necessidade educativa especial. Para finalizar, quase todos educandos acreditam que a Educação Física trabalha de maneira inclusiva (87%). Por sua vez, as discussões e os resultados do referencial teórico e do questionário revelaram que é possível a aplicabilidade da Educação Física inclusiva, mas que dependendo da situação é preciso uma melhor capacitação do educador físico, melhora da infraestrutura da escola e mediação de um educador auxiliar. A propósito, nota-se como é fundamental as políticas públicas de formação dos educadores, tanto inicial quanto continuada, para que eles possam compreender o trabalho a ser realizado com estes educandos com necessidades educativas especiais; por isso a necessidade de modificar a prática pedagógica cotidiana, transformando conforme as individualidades dos educandos, pois eles não são homogêneos. Portanto, a inclusão é para todos, visto que se entende que a instituição precisa melhorar suas funções tanto sociais quanto pedagógicas, para um ensino-aprendizagem qualitativo, melhorando as condições de trabalho para aqueles que nela atuam, buscando atender as necessidades de qualquer educando sem nenhuma exceção para alcançarem o ensino-aprendizagem significativo e contextualizado. Assim, os espaços devem ser adequados, como por exemplo: uma criança na cadeira de rodas, para que possa se locomover com total autonomia é necessário realizar algumas adaptações do ambiente, como rampas e que os educadores possam estar buscando constantemente uma melhor capacitação para trabalhar com esses educandos.

Todavia, tudo aquilo que é novo, tem um processo de aceitação lento e sofrido, mas que pode ter um resultado positivo. Então, é possível sim trabalhar com a inclusão, pois a escola tem um papel decisivo a desempenhar na formação e desenvolvimento da criança, no sentido de demonstrar que as diferenças contribuem para a educação com o próximo e proporcionar a todos um ensino de qualidade, respeitando as limitações de cada educando.

Ressaltando que, todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar necessitam da mesma atenção, porém alguns precisam de um olhar especial, mas não mais importante do que os demais.

5. CONCLUSÃO

É compreensível refletir que, todos devem ter acesso às escolas comuns e essas escolas devem buscar uma pedagogia centralizada para a diferença se tornar acessível, para que cada educando consiga se sentir capaz perante suas necessidades. A estratégia deve caminhar na forma de tornar a escola uma facilitadora das possibilidades às pessoas com necessidades educativas especiais. Essa escola deve facilitar a independência e autonomia, possibilitando aos excluídos e discriminados da sua ocupação do seu espaço na sociedade. Por sua vez, a escola deve valorizar o que eles são, o que eles podem ser e não o que os outros querem que eles sejam.

As aulas de Educação Física são fontes de prazer e alegria, sempre bem esperada dentro do período na escola. Seus conteúdos e objetivos próprios contribuem para o melhor desenvolvimento do educando, nos aspectos: motor, cognitivo, afetivo e social. Nesse sentido, a inclusão é um meio de garantir igualdade de oportunidades e permitir que os educandos com necessidades educativas especiais possam relacionar-se com outras pessoas e estabelecer trocas de experiências e vivências, para poderem crescer.

Ao profissional de Educação Física, cabe não somente a responsabilidade de buscar a qualidade profissional e o ajustamento dentro dos contextos em que se atua, mas também interagir com a família, a sociedade e a escola mostrando-lhes a importância e a responsabilidade que cada um possui perante o processo de inclusão.

O educador não deve ser diferente com qualquer tipo de educando, pois deve trabalhar inserindo todos os educandos, sem estar tratando-os diferentes. Para isso, o educador tem que ser o transmissor desse direito do educando com necessidade educativa especial, mostrando meios que insiram esse educando não só dentro das aulas, mas sim em toda sociedade.

Nesse sentido, para uma educação de qualidade é necessária uma formação sólida e contínua para que aconteça uma progressão continuada, sempre buscando uma capacitação para melhorar a atuação profissional, assim atualizando com novos olhares e novas práticas pedagógicas.

Para começar a pensar em mudanças é necessário que seja feito um levantamento do que já tem sido feito e o que precisa ser melhorado, porque antes de serem deficientes eles são pessoas que tem sentimentos e elas devem ser vistas como pessoas que vivenciam desafios todos os dias. Visto que, por mais que o educador seja inclusivo, sozinho ele não consegue

fazer muita coisa é necessária uma equipe de apoio, que venha atender as necessidades dessas crianças, fazendo um trabalho diferenciado para inseri-lo na sociedade.

Esse apoio pedagógico dentro do contexto escolar tem a finalidade de auxiliar o educador e o educando no processo de ensino aprendizagem. A pesquisa de campo mostra a realidade em que vive os educadores que trabalham com a inclusão, na qual as instituições não oferecem subsídios para a capacitação dos mesmos. Muitos deles atuam na área há alguns anos e fazem o que gosta, trabalham com essas crianças pelo amor e correm atrás da sua capacitação para atender melhor essas pessoas dentro da sua necessidade e capacidade.

Diante disto, para a efetivação da inclusão escolar, não basta somente à existência de legislações amplas e vigentes, mas, exigem-se mudanças gradativas, contínuas e sistemáticas de toda a sociedade para que as pessoas com necessidades educativas especiais possam ser vistas de maneira igualitária.

A adaptação no sistema de ensino-aprendizagem, a qualificação profissional e a infraestrutura da escola, são fatores que influenciam no sucesso da inclusão educacional das pessoas com necessidades educativas especiais. Em relação á Educação Física Escolar, constata-se que esta disciplina possa contribuir na ampliação das relações interpessoais, da aceitação da diversidade, da superação psicomotora, podendo assim trazer melhorias no processo de inclusão.

As contribuições da Educação Física Escolar para inclusão educacional são inúmeras, entretanto, são necessárias mudanças estruturais, sociológicas e filosóficas que permitam o reconhecimento dos aspectos envolvidos no processo de inclusão educacional.

Hoje, a responsabilidade da educação inclusiva não é somente do educador, mas de todo o sistema educativo, das políticas públicas, das pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com o processo e, principalmente da sociedade como um todo.

Assim sendo, podemos observar que tem que investir na formação inicial e continuada do educador, para que eles possam atuar com qualidade e saibam como lidar com essas situações que vem preocupando nas situações cotidianas e profissionais, por não terem um domínio eficiente no auxílio com os educandos que apresentam necessidades educativas especiais. Então, vem tendo melhoria nas estruturas escolares para receber os educandos com necessidades educativas especiais e ainda falta uma atuação ativa da pessoa de apoio no processo de ensino-aprendizagem do educando com necessidade educativa especial.

Contudo, o processo inclusivo envolve muitos fatores e todos devem estar comprometidos com a meta de possibilitar uma participação social ativa para todos os educandos, em torno de tudo que os cercam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, C. **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia: Jomtien/UNESCO, 1990.
- _____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CORREIA, L. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: um guia para educadores e professores**. Porto Alegre: Porto, 2008.
- CROCHÍK, J. **Preconceito indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DUARTE, E; MOLLAR, T; ALVES, M. **Educação Física Escolar: atividades inclusivas**. São Paulo: Phorte, 2013.
- FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, vol. 16, nº 1, p. 5 - 20. 2008.
- GOFFREDO, V. Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. **Integração**, v. 4, p. 118-127, 1992.
- LUNA, S. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2 edição. São Paulo: EDUC, 1999.
- MANTOAN, M. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.
- MANTOAN, M. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer**. São Paulo: Scipione, 2008.
- MANZINI, E. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador? **Temas sobre desenvolvimento**, v. 7, p. 52-54, 1999.
- MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina – 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MRECH, L. O que é educação inclusiva? **Integração**, v. 10, p. 37-40, 1998.
- ROSS, P. Pressupostos da integração/inclusão frente a realidade educacional. In: **Resumos de comunicações científicas. III Congresso Ibero-americano de Educação Especial** (p. 239-243). Foz do Iguaçu/PR: Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação e do Desporto, 1998.
- SADALLA, A. **Com a palavra a professora: suas crenças, suas ações**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SILVA, T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

WESTWOOD, P. **Commonsense methods for children with special needs:** strategies for the regular classroom. London: Routledge, 1997.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA EDUCADORES FÍSICOS
SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA**

1) Apresenta ensino superior?

SIM NÃO

2) Atua como docente há mais de cinco anos?

SIM NÃO

3) Trabalha com educandos que apresentam necessidades educativas especiais?

SIM NÃO

4) Inclusão é a mesma coisa que integração?

SIM NÃO

5) A escola apresenta infraestrutura adequada para atender pessoas com necessidades educativas especiais?

SIM NÃO

6) Todos os educandos com necessidades educativas especiais podem frequentar a escola de ensino regular?

SIM NÃO

7) Já realizou algum curso de capacitação e/ou aperfeiçoamento para lidar com pessoas com necessidades educativas especiais?

SIM NÃO

8) O projeto político pedagógico da escola visa a Educação Inclusiva?

SIM NÃO

9) Os educandos com necessidades educativas especiais apresentam qualidade no processo de ensino-aprendizagem no ensino regular?

SIM NÃO

10) A Educação Física trabalha com a perspectiva de Educação Inclusiva?

SIM NÃO

Assinatura do participante da pesquisa.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadoras: Letícia Martins Venturini e Luciene Cezarino dos Santos.

Orientador: Prof. Mestrando Gustavo Henrique Gonçalves.

Título da Pesquisa: Os olhares dos educadores físicos para a Educação Física Inclusiva.

Nome do participante:

Caro participante:

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada: Os olhares dos educadores físicos para a Educação Física Inclusiva, que refere-se a pesquisa de licenciatura em Educação Física das graduandas Letícia Martins Venturini e Luciene Cezarino dos Santos, que pertence ao curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Calafiori em São Sebastião do Paraíso/MG.

O objetivo deste estudo é demonstrar os olhares dos educadores físicos na perspectiva do trabalho inclusivo, na cidade de São Sebastião do Paraíso/MG. Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato. Não será cobrado nada; não haverá gastos e nem riscos na sua participação neste estudo; não estão previstos ressarcimentos ou indenizações.

Além disso, gostaríamos também de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim preferir. Desde já agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com o orientador Gustavo Henrique Gonçalves (16) 98191-6288, ou ainda no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Calafiori por meio do número (35) 3558-6261.

Eu, RG nº....., confirmo que Letícia Martins Venturini e Luciene Cezarino dos Santos explicaram-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas.

Eu li e compreendi este termo de consentimento, assim, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Prof. Mestrando Gustavo Henrique Gonçalves (Orientador).
RG: 40.352.860-4.
CPF: 350.755.648-01.
Telefone: (16) 98191-6288.

(Assinatura do participante)

São Sebastião do Paraíso - MG, 25 de setembro de 2014.